

MANIFESTO DOS LÍDERES DAS IGREJAS EVANGÉLICAS HISTÓRICAS

Ai dos que decretam leis injustas, dos que escrevem leis de opressão, para negarem justiça aos pobres, para arrebatarem o direito aos aflitos do meu povo, a fim de despojarem as viúvas e roubarem os órfãos! Is 10.1-2

Os líderes e representantes das igrejas evangélicas históricas abaixo nominadas, diante da sua responsabilidade de anunciar e viver as demandas éticas que a fé cristã lhes impõe, deparando com o atual momento da política brasileira e as recentes decisões do Legislativo ao analisar as propostas de combate à Corrupção, publicam o presente **MANIFESTO**:

- 1) O Projeto de Lei com a proposta de Dez Medidas contra a corrupção recebeu considerável apoio de cerca de 2,4 milhões de cidadãos brasileiros que se sentem cansados pela cultura de corrupção, principalmente na esfera política;
- 2) As Dez Medidas propostas, embora mereçam reparos e adequações pelo Legislativo, representam o anseio por um país mais justo e sem impunidade;
- 3) A Operação Lava Jato, apesar de alguns equívocos cometidos, bem como da “espetacularização” de algumas ações, tem tido, no seu todo, um empenho considerável no enquadramento legal de poderosos envolvidos em milionários esquemas de corrupção, os quais lesaram empresas e interesses públicos e sempre se julgaram acima da lei;
- 4) A Operação Lava Jato, a fim de preservar sua legitimidade e garantir sua efetividade, precisa de condições jurídicas e institucionais para continuar o seu trabalho, enquadrando corruptos de todos os partidos e tendências, sem nenhuma distinção;
- 5) A Câmara dos Deputados aprovou inicialmente o projeto das Dez Medidas, mas posteriormente fez alterações substanciais, desfigurando o projeto ao introduzir elementos totalmente alheios ao espírito da proposta original;
- 6) O presidente do Senado Federal, ao tentar aprovar o Projeto de Lei desfigurado pela Câmara apressada e estrategicamente, evidenciou interesses escusos contra uma legislação mais rígida no combate à corrupção;
- 7) A aprovação de leis visando a correção de desvios no Judiciário e Ministério Público, incluindo as enormes discrepâncias salariais, precisa ser tratada de modo específico e não como retaliação ou intimidação.

CONCLAMAMOS:

- a) Os cidadãos brasileiros para que acompanhem atentamente o posicionamento dos seus representantes e cobrem o esclarecimento de sua postura em todo esse processo. Um país mais justo se faz e se constrói não apenas com leis mais justas, mas também com atitudes participativas dos seus cidadãos. A omissão e a passividade são o ventre onde políticos e cidadãos corruptos vicejam. Nesse sentido, é oportuna a expressão: “O preço da liberdade é a eterna vigilância”.
- b) O povo brasileiro, mormente os cristãos evangélicos, a se manifestar por todos os meios, exercendo o seu direito e protestando conscientemente contra todas as formas de manipulação e tentativa de deixar as coisas no presente estado.
- c) Os poderes constituídos em nosso país, particularmente o Legislativo e o Executivo da República, para que tomem consciência de que a população brasileira cansou de ver traída sua expectativa de que se legisle e se governe para que a dignidade humana seja respeitada e promovida.

